

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural.

JOSÉ ALVES DE LIMA JÚNIOR

UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DE PRECONCEITO CONTRA
HOMOSSEXUAIS ENTRE OS ESTUDANTES DA FACULDADE DE
EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UNB

Brasília-DF
2015

JOSÉ ALVES DE LIMA JUNIOR

**UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DE PRECONCEITO CONTRA
HOMOSSEXUAIS ENTRE OS ESTUDANTES DA FACULDADE DE
EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UNB**

Monografia apresentada ao Instituto de Psicologia, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista no Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Orientadora: MSc. Diana Mara Gerber

Brasília-DF

2015

Trabalho de autoria de José Alves de Lima Júnior intitulado “UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DE PRECONCEITO CONTRA HOMOSSEXUAIS ENTRE OS ESTUDANTES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UNB”, apresentado como requisito parcial para conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para Direitos Humanos, no contexto da diversidade cultural da Universidade de Brasília-UnB, em 14 de novembro de 2015, defendido e/ou aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

Profa. MSc. Diana Mara Gerber
Orientadora

Pós-Graduação em Educação em e para Direitos Humanos, no contexto da
diversidade cultural - UnB

Profa. MSc. Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti
Examinadora

Pós-Graduação em Educação em e para Direitos Humanos, no contexto da
diversidade cultural - UnB

Brasília-DF
2015

RESUMO

A homossexualidade é um fato histórico. Os homossexuais sempre estiveram presentes na história da humanidade e dela fizeram parte, sempre, e nela interviram. Notou-se avanço científico ao não mais se considerar a homossexualidade como uma patologia, mas como uma vertente do direito de personalidade e de liberdade sexual. Num universo onde se busca fazer valer a importância do ser humano e de seus direitos pessoais fundamentais, garantindo à todos igualdade perante a Lei Maior e perante todo o ordenamento jurídico, destaca-se, no âmbito educacional, uma tendência cada vez mais frequente de promover e salvaguardar o direito a diferença, inerentes a toda e qualquer pessoa desde o nascimento. Para transformar a educação em um espaço para a cidadania é necessário discutir a presença do preconceito contra homossexuais no meio acadêmico e a capacitação de profissionais para compreenderem as dinâmicas de desenvolvimento das sexualidades visando não impetrar contra elas preconceitos advindos de uma imagem errônea e intolerante da sexualidade.

Palavras-chave: Direitos de Personalidade. Educacional. Preconceito. Sexualidade.

ABSTRACT

Homosexuality is a historical fact. Homosexuals have always been present in human history and it took part, always, and it intervened. It was noted scientific advances to no longer consider homosexuality as a pathology but as an aspect of personality rights and sexual freedom. A universe where one seeks to assert the importance of human beings and their fundamental rights of individuals, ensuring to everyone equality before the Higher Law and before all law, stands out in the education sector, an increasingly frequent tendency to promote and safeguard the right to difference, inherent to each and every person from birth. To transform education into a space for citizenship is necessary to discuss the presence of prejudice against homosexuals in academia and the training of professionals to understand the sexualities development dynamics aiming not have standing to bring against them prejudices arising from an erroneous and intolerant image of sexuality .

Keywords: Personality Rights. Education. Preconception. Sexuality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO I FORMAÇÃO SEXUAL DO SER HUMANO	09
1.1 SEXO E SEXUALIDADE COMO TABUS	10
1.2 ALGUNS CONCEITOS	14
1.2.1 Homossexualidade	19
1.2.2 Bissexualidade	21
1.2.3 Travestismo	22
CAPÍTULO II DIREITOS DE PERSONALIDADE E AS FOBIAS DA SEXUALIDADE	24
2.1 SEXUALIDADE COMO UM DIREITO DA PERSONALIDADE	24
2.2 PRECONCEITO E AS FOBIAS SOCIAIS	26
CAPÍTULO III: VISÃO DO CAMPO E PERSPECTIVAS	27
3.1 MÉTODO	27
3.1.1 Participantes	27
3.1.2 Instrumento	28
3.1.3 Procedimentos	28
3.2 RESULTADOS	29
3.2.1 Avaliação do grau de homofobia pela escala de Castillo	32
3.3 DISCUSSÕES	32
4 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

Pretendo, através desta pesquisa intervencionista, promover uma discussão sobre a promoção da diversidade sexual na educação superior e como a universidade pode contribuir para a construção de uma sociedade que respeite a diferença de direitos e o direito a diferença.

Numa conjuntura que tende quotidianamente a apontar a importância do ser humano e de seus direitos pessoais fundamentais, garantindo à todos igualdade perante a Lei Maior e perante todo o ordenamento jurídico, destaca-se, no âmbito educacional, uma tendência cada vez mais frequente de promover e salvaguardar o direito a diferença, inerentes a toda e qualquer pessoa desde o nascimento.

A celeuma que se pretende enfrentar neste trabalho diz respeito justamente a um debate que articula o campo da formação de educadores com a questão da sexualidade. Trata-se de pensar sobre o que é ser cidadão dentro das diferenças individuais e sociais grupais, articulando-se este debate no contexto das diferenças sexuais e o papel da Universidade de Brasília-UnB para a construção de uma sociedade (acadêmica) eminentemente democrática.

A esfera pública e as universidades são os espaços por excelência do exercício da cidadania, pois segundo Ute Klammer (2014):

a diversidade contribui economicamente para as instituições gerando criatividade, solução de problemas, flexibilidade das estruturas, marketing, integração dos ambientes e diminuição de custos socialmente, esse tipo de política pode gerar justiça, participação e diminuição da discriminação (UTE KLAMMER, 2014).

Ainda na visão de Ute Klammer (2014, *on line*), “iniciativas que promovam a gestão da diversidade dentro da universidade promovem uma educação de maior qualidade”.

Embora o conceito da homossexualidade para designar pessoas que se relacionam emocionalmente, sexualmente e afetivamente com outras do mesmo sexo tenha passado por processo de despatologização do ponto de vista científico, ainda nos dias atuais os homossexuais sofrem o preconceito gerado

pela desinformação do que seja essa orientação principalmente no âmbito do ensino superior.

É necessário sensibilizar a sociedade, no sentido de lançar um novo olhar sobre as diferenças que transitam entre nós, em todos os segmentos, para que possamos ver com clareza, que os homossexuais vivem como escravos contemporâneos, presos às correntes do preconceito e torturados pelo chicote da intolerância, atitudes essas inconcebíveis no âmbito educacional em qualquer nível. A aceitação proveniente da educação e do respeito à diferença é o primeiro passo para a liberdade social e sexual.

Neste sentido, procuraremos trazer as dificuldades para o campo do debate, buscando estudar, traduzir e explicitar o perfil dos alunos no que tange a homofobia, contribuindo para a produção e socialização de práticas pedagógicas que instituem novas relações de saber/poder, no que diz respeito a orientação sexual na comunidade acadêmica.

Assim, apresenta-se como objetivo geral da pesquisa: Perceber a existência da homofobia entre os estudantes da Faculdade de Educação da UnB e analisar como a Universidade promove a cidadania homossexual, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um na comunidade acadêmica; São objetivos específicos: Identificar o perfil sociodemográfico dos participantes; Verificar a eficácia da promoção à diversidade sexual pela UnB;

O método escolhido para execução deste trabalho será a pesquisa-ação. Soares (2000) define a pesquisa-ação como:

Metodologia apropriada à pesquisa social com base empírica, que deve ser concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (SOARES, 2000, p.46).

Com base nesta compreensão, priorizamos identificar problemas e encontrar soluções, ou meios de desafiá-los, tomando como ponto de partida uma entrevista que utilizará uma Escala de Homofobia flagrante e sutil, de autoria do espanhol Castillo (2003), adaptada para a realidade brasileira.

Para debater o resultado apresentado será desenvolvida uma oficina temática discutindo as políticas de inclusão de minorias sexuais e os estudos sobre gênero nos cursos de formação dos (futuros) professores.

Optou-se, igualmente, pela averiguação bibliográfica e documental, não abdicando, obviamente, das demais fontes norteadoras da pesquisa pertinentes a uma análise, então, mais pormenorizada do tema ora em questão, quer seja dos direitos de personalidade, quer seja da homofobia. Tanto que, para uma melhor apreciação de dados, estão sendo utilizados os diversos tipos de leitura: exploratória, seletiva, analítica, interpretativa, reflexiva e crítica.

O capítulo inicial se inicia verificando como acontece a formação sexual do ser humano para, então, examinar a diversidade de tipos sexuais. Neste mesmo capítulo será analisado o conceito dos termos homossexualismo e homossexualidade, como forma de se buscar um tratamento não agressivo, nem discriminatório, em face das pessoas que possuem uma orientação sexual diversa da tradicional. .

No segundo capítulo, passar-se-á a verificar a sexualidade como um direito da personalidade e as fobias sexuais.

O terceiro capítulo fará uma apreciação dos métodos aplicados, visão de campo e perspectivas no intuito de averiguar se a UnB está realizando o escopo de formar profissionais capacitados a lidar com as diferenças sexuais.

CAPÍTULO I FORMAÇÃO SEXUAL DO SER HUMANO

Todo ser humano impreterivelmente passa por algumas fases que o permite ter sua razão de ser no mundo. Basicamente, ele nasce, reproduz-se e morre. A sexualidade humana, como pedaço desse ciclo e traço marcante da vida, abre-se noutros feixes fundamentais, diga-se de passagem, como reflexo do circuito ora mencionado.

Primeiramente, traduzir-se-á num direcionamento tendente a fazer homens e mulheres conseguirem a maturidade e, mais tarde, a integração pessoal; isto é, a sexualidade brotará enquanto força construtora do eu para, conseqüentemente, corresponder a uma abertura da pessoa ao mundo, possibilitando relações interpessoais cruzadas que culminam na edificação de um projeto de vida social: virgindade, celibato, namoros, casamentos, novas experiências sexuais, viuvez, divórcio, dentre outros.

São negados aos homossexuais os direitos basilares que fundamentam e informam a Constituição Federal: liberdade, igualdade e dignidade da pessoa humana. Nesse sentido é essencial uma cultura de alteridade na universidade, particularmente uma cultura da diversidade de gênero, alargando as perspectivas da educação para a cidadania a fim de incluir um comportamento responsável e o respeito mútuo na família e nas relações interpessoais.

Resta claro que uma formação sexual livre de impedimentos ajuda a externar a existência de prerrogativas individuais nos campos em que se espraiam as vivências coletivas.

1.1 SEXO E SEXUALIDADE COMO TABUS

Falar de sexo não é fácil e parece futurista ainda nos dias atuais. Mesmo que o ato de externar alguma opinião sobre o assunto seja realizado de forma mais ou menos livremente, tendo em vista que o tema é bem mais frequente do que há alguns anos, ainda resistem muita repressão e ignorância, mecanismos de controle e de publicidade os mais diversos sobre a questão.

Pode-se inferir que nas sociedades mais remotas, e elas foram grandiosas, a exemplo das milenares romana, indiana, japonesa e chinesa, o sexo foi só sexo, depois existindo uma *ars erotica*, como assim aludiu Foucault (1988) sobre o assunto.

Durante a *ars erotica*, não havia referência a uma lei absoluta do proibido e do permitido de tal maneira que o sexo, se encarado sob o jugo meramente da *praxis*, era verdade extraída do próprio prazer, entendido senão de acordo com sua intensidade, qualidades específicas, suas reverberações no corpo e na alma de quem o realizava.

Foucault (1988) também atentou para o fato de que na Grécia a verdade e o sexo se ligavam, na forma da pedagogia, pela transmissão de um saber (quase) precioso. O sexo, então, serviria como suporte às iniciações do conhecimento. Desse modo, tinha o sexo um objetivo natural e quase pueril de sentir-se conectado ao parceiro da relação, de inocentar, resgatar, purificar, prometer a salvação de quem a ele recorria.

Contudo, durante tempos depois, a *verdade* sobre o sexo foi encerrada. As sociedades vindouras procuraram articular um árduo saber a respeito do sexo, de forma que este não mais seria encarado como prática livre e de modificações intrínsecas em quem o praticava, mas sim como um mito ou um tabu. O sexo jazia limitado, daí em diante, a princípios gerais ligados a uma regra da prudência.

É o caso da noção de sexo como pecado, perversão. Enquanto regra da decência, essa concepção teve suas bases arquitetadas tão rapidamente iniciado, pelo papa João Paulo III, em 1545, e findo, em 1563, o Concílio ecumênico de Trento, que instituiu, entre outras, as diretrizes sacramentais da penitência ou da confissão, conforme Zilles (2005).

O ato de revelar as mais sutis intimidades de si mesmo foi, inicialmente, voluntário, entretanto, deveria, por imposição da pastoral cristã, ser completo de modo a demonstrar, na narrativa, os mais absurdos segredos que iam desde a posição dos parceiros durante o ato, os toques, os gemidos a que momento se dava exato o gozo (ZILLES, 2005).

A justificativa para existência desse dogma religioso trazia no seu bojo a noção de que tanto corpo e alma precisariam permanecer castos para o encaminhamento à *vida eterna*, não obstante a necessidade de proteção das crianças contra as perversidades e a nervura ininterrupta da carne, numa acepção ascética e monástica. Àries (2000) acena para como se dava a pedagogia dos menores e dos adolescentes da época:

Dever-se-á falar-lhes sobriamente utilizando apenas palavras castas. Dever-se-á evitar que as crianças se beijem e se toquem com as mãos nuas ou se olhem durante as brincadeiras. Dever-se-á evitar a promiscuidade entre os pequenos, ao menos na cama. Os pequenos ou jovens não devem dormir na mesma cama com pessoas mais velhas, mesmo que sejam do mesmo sexo. E mais [...] a criança não deve deixar que os outros a toquem ou beijem, e, se o fizer deve sempre se confessar [...] (ÁRIES *apud* NUNES e SILVA, 2000, p. 23-24).

Aparecido (1987) adverte ainda essa pedagogia não apresentar diferenças se considerados os valores propagados pela repressão medieval e a suposta liberdade advinda com os ideais da modernidade disseminados pela classe burguesa. Na verdade, a moral cristã procurava firmar, por meio do sacramento da confissão, indiretamente, os valores da monogamia heterossexual, em detrimento das sexualidades periféricas, subversivas ou polimorfas que contribuíam para o aumento da natalidade e da disseminação de doenças venéreas.

Assim, tanto a tradição pentecostal quanto a ética burguesa, imiscuíram-se e juntas promoveram, como obrigação basilar, a interdição de certos vocábulos, a decência de algumas expressões, objetivando tornar o sexo moral e tecnicamente aceitável. Foi dessa maneira que surgiu, em contrapartida, o que Foucault (1988) denominou de *scientia sexualis*.

Essa positivação denotou, primeiramente, um pensar ou dialogar sobre o sexo para, então, imprimir uma gestão individual do corpo e das populações ou normalização expressa das condutas sexuais, que conviviam com instituições e discursos produtores da subjetividade.

Atualmente, traz à baila um complexo de investigações modernas que pretendem compreender este aspecto do comportamento humano. Claro, não se fez, em princípio, deveras autônomo tanto que se desenrolou toda uma engenharia principiológica com o propósito de justificar e firmar esse suposto saber nas demais ciências da época.

A medicina e a psiquiatria, por exemplo, em virtude de a Igreja ter perdido mais tarde bastante de sua influência, inventou uma série de patologias orgânicas e funcionais, com base na solicitação de diagnósticos e nos acúmulos de relatórios terapêuticos sobre as sexualidades marginalizadas ou que fugiam ao

padrão da heteronormatividade, criando toda sorte de racismo e preconceitos a partir de modelos de beleza oficiais.

Loucura moral, neurose genital, desequilíbrio psíquico serviam para afirmar conceitos de superioridade moral e estética e eram, só pra citar, alguns dos estigmas de como eram vistas tais práticas que fugiam do padrão da normalidade.

As justiças canônica, penal e civilista, ao mesmo tempo, não se esquivaram à regra, muitas vezes compactuando, estando a serviço e legitimando as teorias médicas suscitadas. O adultério, o rapto, a sodomia, o incesto, o sadismo, além da violação do cadáver para fins sexuais, passaram de práticas, por vezes comuns, em algumas localidades menos urbanas à alcunha de crimes crapulosos e antinaturais, passíveis de coibição, por meio de sanção.

Todavia, ao passo que a sexualidade brotava como controle social, coexistiu como fenômeno inverso uma maior valorização e uma intensificação do discurso indecente, meio que resgatando os tempos da *ars erotica*, só que mais politizada. O diálogo antes inibidor, coibente travestia-se de mecanismos incitadores e multiplicadores do sexo.

Esse dialogar permitiu às pessoas, numa tarefa de análise e crítica, um maior entendimento dos engenhos sociais que escravizavam a existência completa de uma sexualidade positiva, alforriando-as dos mecanismos inibidores da sexualidade com embasamento num processo intelectual de descobrimento e de superação dessa repressão.

Prova disso foi que o sexo e a sexualidade, com o passar dos tempos, assentou-se não apenas em uma gama de valores morais inegavelmente determinados, mas bastante determinantes igualmente de costumes sociais, quando houve uma relativização dos espaços públicos e privados combinada com a paulatina implementação da influência dos veículos de comunicação, cruciais na reorientação de perspectivas da problematização de uma pós-modernidade concernente ao sexo e à sexualidade.

Houve por assim dizer, um despertar para a riqueza da sensibilidade humana. O silêncio e a repressão não conseguiram conter-se, tanto recrudescendo como se afrouxando. Dogmatismos anacrônicos e históricos foram relativizados. Questões, como masturbação, as relações pré-maritais, o adultério, o prazer da mulher e do homem, a homossexualidade, dentre outras, foram

desconstruídas e esclarecidas e o sexo e a sexualidade trazidos ao *status* do permitido.

Porém, o sexo e a sexualidade não deixaram totalmente de ser terreno híbrido entre o pessoal e o social, encruzilhada confusa, mistificadora e enquadradora. Se ainda não entrou plenamente na esfera da normalidade e o sigilo é a mais ruidosa das preocupações, é certo, contudo, que há uma maior liberdade para pensar e ponderar a questão do sexo e da sexualidade, sem ser quem dialoga reduzido a um subjetivismo radical. Estes são os tempos hodiernos.

1.2 ALGUNS CONCEITOS

Sendo óbvio que o Estado não se imiscuirá em sua autoridade, ditando padrões de como os seres humanos viverão suas intimidades porque transgrediria o direito à privacidade, é evidente que, para ser livre e ter garantida a sua cidadania, a pessoa igualmente precisa viver intensamente e sem amarras a sexualidade que lhe cabe.

A questão da sexualidade está diretamente ligada à composição genética, física e cultural do homem. O homem, por ser dotado de sensibilidade, percebe o que lhe rodeia, sobretudo, pelos sentidos que lhe são atribuídos por natureza. Da mesma forma que sente, ele compreende e atua, conflitando as contradições dentro de uma dada coletividade.

Por essa razão, pode-se dizer que a sexualidade dificilmente se encaixa em uma definição única e absoluta. Papéis que o homem ou a mulher assumem e desempenham bem como sensações, fantasias, beijos, abraços, olhares, toques, desejos e posições sexuais, tudo não passa relativamente de expressões da sexualidade, variáveis em cada um, o que não implica afirmar que elas se esgotem em tais evidências.

Logo, a sexualidade integra a própria condição humana, sendo um direito personalíssimo fundamental, inalienável e imprescritível, de modo que ninguém poderá realizar-se como ser humano se não tiver assegurado o respeito ao exercício da sexualidade, conceito este que compreende tanto a liberdade sexual

como liberdade à livre orientação (DIAS, 2011). Logo, a sexualidade é a maneira com o qual cada sujeito expressa sua identidade, comporta-se, compreende-se e age inserido no mundo, padecendo a um controle cultural e entusiasmando o comportamento social de seus semelhantes.

Diante disso, primeiro diz-se que todo ambiente é sexualizado; depois, ainda que o 'sexo' esteja presente nos demais animais, infere-se que somente a espécie humana ostenta, por assim dizer, uma sexualidade propriamente dita, ao menos, nos moldes que é chamada e compreendida atualmente, seja numa ideologia ou *ciência* acerca do sexo seja numa noção cultural do que é *ser* humano.

Feitas essas ressalvas preliminares, o conceito de sexo não se afigura, pelas mesmas razões da sexualidade, de todo simples. Em linhas amplas, o sexo equivale: a) ao conjunto de características que, nos seres humanos, nos animais e nas plantas, distinguem o sistema reprodutor, seus contrastes e interações; b) ao comportamento humano em relação à libido ou vivência da sexualidade; c) ao conjunto de pessoas pertencentes ao mesmo sexo (masculino/feminino).

Nesse último caso, sexo é sinônimo de *status sexual* por meio do qual uma pessoa se apresenta aos seus. Esse direito de identificação sexual conjuga a sensação interna de ser homem ou mulher, ou tão somente ser o que se é. Está encaixilhado, pois, no campo dos direitos de personalidade, inerentes a todo e qualquer ser humano.

Tais definições sobre o sexo, claro, são genéricas, não existindo apreciações as mais corretas sobre o assunto pela escolha única de uma delas, do contrário, pela análise de fatores consubstanciados em três grupos básicos, quais sejam: o biológico, o psíquico-social e o civil ou jurídico.

Se analisado pelo seu caractere natural, biológico ou somático, o sexo pode ser: a) morfológico, referindo-se basicamente aos órgãos sexuais, existência ou não de testículos e de mama, e que definem os homens e as mulheres em machos ou em fêmeas – ou em hermafroditas ou em assexuados (neste caso, se não presentes tais atributos mencionados); b) cromossômico, haja vista a existência dos cromossomos sexuais responsáveis pela determinação do sexo quando da fecundação ovular pelo espermatozoide (XX= feminino / XY =

masculino); c) ou endócrino, em virtude das glândulas sexuais e hormônios responsáveis por demarcar melhor as características de um sexo ou outro.

Ao lado do sexo morfológico, cromossômico e endócrino, coexiste o sexo psíquico ou psicossocial, porque aprecia as qualidades ambiental, funcional, cerebral ou cultural da pessoa na determinação de seu sexo. A propósito, vêm a calhar os dizeres de Mohana (2003):

A definição psicosexual de nossos filhos faz-se durante a infância. Nascer psicosexualmente neutros. A tendência de credenciados especialistas no assunto (Hampon, Horney, Hoffman, entre outros) é considerar indeterminado, quanto ao sexo psíquico, todo ser humano ao nascer. Experiências com mamíferos demonstram que, à proporção que avançam na escala evolutiva, mais dependem da influência do córtex cerebral (o que quer dizer, da aprendizagem) no seu comportamento sexual. E quanto mais se desce, mais sujeitos estão à influência hormonal. [...] É o córtex cerebral (aprendizagem) que decide tanto o sentimento de masculinidade como o de feminilidade. O menino pode ser hormonalmente normal, e córtex cerebral (pela aprendizagem) imprimir nele um sentimento que o levará a sentir atração pelo mesmo sexo. Isto equivale a dizer que a inclinação para um ou outro sexo não é preestabelecida de *dentro*. Estabelece-se (psicosexualmente) através de vários elementos, inclusive daquilo que os antropólogos denominam o “universo cultural”. Através dessas influências condicionantes, o sexo psíquico pode apresentar distúrbio na linha homossexual, mesmo que o sexo somático seja normal, mesmo que o menino tenha glândulas sexuais normais, caracteres sexuais normais, cromossomos sexuais normais. (MOHANA, 2003, p. 45).

Assim, tem-se, no sexo psíquico, de um lado, o arcabouço genético herdado dos pais conjugado com os sucessivos impactos do ambiente, do outro, que provocam transformações plásticas na rede primitiva que é o sistema nervoso central, tornando-o irreconhecível e distanciado do original quando da não congruência entre os aspectos biológicos e psíquicos supramencionados. É basicamente o sexo que resulta das interações genéticas, fisiológicas e psicológicas, geradoras da percepção do indivíduo como homem ou mulher.

Por fim, há o sexo civil, que é a faceta legal-jurídica do sexo, entendido pelo duo masculino-feminino. É aquele constado na certidão de nascimento, cujo assento é realizado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Físicas, consonantes o artigo 54 da Lei 6.015/73, ou descrito nos demais documentos oficiais.

É o sexo jurídico o que define, para fins de segurança pública, o sexo-gênero do ser humano em masculino ou feminino, fator este determinante para o desenvolvimento tanto físico quanto psicológico da criança em crescimento e em formação sexual. Uma vez lavrado no Registro Civil das Pessoas Físicas, o sexo é um dos caracteres imprescindíveis à identidade civil, sendo, *a priori*, tal qual o nome imutável.

Assim sendo, é em decorrência da catalogação jurídica do sexo que surgem variadas consequências que vão da atribuição de uma identidade masculina ou feminina até a obtenção, pela pessoa humana, de direitos e deveres diferentes, como por exemplo: a obrigatoriedade do serviço militar para homens; as diferenciações referentes ao tempo de contribuição para conseguir a aposentadoria; os tempos distintos para fins de concessão de licença maternidade e paternidade, dentre outros.

O sexo civil é a regra, tendo a legislação brasileira optado para a determinação dele, normalmente, o critério do sexo biológico, anatômico ou cromossômico que prevalece sobre os demais, segundo o qual é realizado um exame visual no recém-nascido, geralmente, definindo o sexo de acordo com a apresentação de sua genitália externa, ainda que já existam julgados posteriores permitindo a mudança de sexo, levando em conta o fator psicossocial.

Analizados os conceito e características de sexo e de uma possível sexualidade, os tipos sexuais ainda refletem bastante os binários homem/mulher, masculino/feminino, macho/fêmea e têm certo fundamento nas relações de biopoder, já que não deixam de pressupor a existência de uma heterossexualidade hegemônica, mantida como objeto de saber neutro sequer problematizado ou ponto de partida para os estudos das demais sexualidades que existam ou que possam existir.

Butler (*apud* BENTO, 2006, p. 76) aludiu, inclusive, que a promoção das diferenças sexuais “pode levar a uma coisificação do gênero e a um marco implicitamente heterossexual para descrição dos gêneros e da sexualidade”; ou seja, tais tipos podem referir-se à cultura que tem a sociedade de esculpir (muitas vezes arbitrariamente) conceitos sobre sexo e gênero de acordo com interesses de momento. Daí porque ser um tipo sexual a heterossexualidade ou, por vezes, pairarem as incongruências entre os fatores biológicos e psíquicos que compõem

o sexo, denunciando situações de hermafroditismo/intersexualismo ou transexualismo.

Essas padronizações em tipos sexuais, apesar de terem até agora as mais variadas razões para existir, encontram-se, sobremaneira, relativizadas, em virtude da contribuição dos movimentos feministas no século XX ou da política *queer* (homossexual), mais tarde, os quais atentaram para o fato de que a pessoa não pode ser exclusivamente subsumida a meras singularidades que apagam toda a multiplicidade de ser humano – este muitas vezes transformado em corpo-objeto, em coisa unificada ou em pura biologia funcional.

Pode-se inferir até que o feminismo foi alçado ao patamar de tipo sexual, não no sentido de patologia médica, mas sim social. Se num primeiro momento, as mulheres foram, segundo Foucault (1988, p. 137), relegadas “à histerização do corpo ou à socialização das condutas de procriação”, mais tarde, foram discriminadas por desafiarem a passividade sexual e a servidão aos homens. Consequentemente, contra os gays foi empenhada uma caça, pois que eles estavam no mesmo intercurso sexual das mulheres.

Vale salientar que os tipos sexuais são variados à medida que se tornem mais heterogêneas e complexas as sociedades. Assim, numa coletividade menor poderão conter (muito dificilmente) apenas os tipos *heterossexuais* (homens e mulheres com sexo e gênero bem definidos) e *homossexuais*, em detrimento de outras sociedades mais grandiosas, nas quais provavelmente coexistirão, além das já citadas, tipologias que personificam o *bissexualismo*, o *travestismo* e atualmente o *cross-dressing*, o *transexualismo*, o *hermafroditismo*, a *pedofilia*, a *zoofilia*, a *necrofilia*, o *pansexualismo*, o *sadomasoquismo*, ao *exibicionismo*, ao *voyeurismo*, etc.

Ressalte-se, ademais, a despeito das considerações já feitas, que alguns tipos sexuais chegam a se embaralhar ou mesmo confundir-se, contradizendo-se em alguns discursos, o que dificulta uma noção plena e razoável do que se vê ou do que se é realmente.

Isso permite arrematar, de antemão, não existirem tipologias ou identidades sexuais findas e absolutas, senão vontades de afirmar uma existência que mistura narcisismo e sentimentos, desejos de emancipação social e política dentro de uma perspectiva de novos direitos ou volição de pertencer aos ideais construídos e acordados de sexo ou gênero.

1.2.1 Homossexualidade

É mister fornecer a compreensão científica acerca dos termos: “homossexualidade” e “homossexualismo”. Desde 1973, a Associação Americana de Psiquiatria deixou de classificar a homossexualidade como doença ou distúrbio mental e, na mesma época, foi retirada do CID – Código Internacional de Doenças, sendo inadequado o uso do substantivo “homossexualismo” para designar pessoas que se relacionam emocionalmente, sexualmente e afetivamente com outras do mesmo sexo, pois o sufixo “ismo” designa doença (alcoolismo, tabagismo, etc) e “dade”, modo de ser.

O homossexualismo ou a homossexualidade existe desde que o mundo é mundo, muito embora – e a história não deixa mentir – tenham sido os homossexuais enquadrados em tipologias preconceituosas ou vulgares as mais diversas, além de sofrido toda sorte de estigmas já que não apreciados dentro dos padrões de “estrita moralidade ou preceito eficaz de preservação da saúde”, como externou Foucault (1984):

A reflexão moral dos gregos sobre o comportamento sexual não procurou justificar interdições, mas estilizar uma liberdade: aquela que o homem livre exerce em sua atividade [...] os gregos praticaram, aceitaram e valorizaram as relações entre homens e rapazes e, contudo, seus filósofos conceberam e edificaram uma moral da abstenção. Eles (os gregos) admitiram perfeitamente que o homem casado pudesse procurar prazeres sexuais fora do casamento e, no entanto, seus moralistas conceberam o princípio de uma vida matrimonial em que o marido só teria relação com a esposa. Jamais conceberam o prazer sexual como um mal a si mesmo ou podendo fazer parte dos estigmas naturais de um pecado, mas seus médicos se inquietaram com as relações entre a atividade sexual e a saúde, e desenvolveram toda uma reflexão sobre os perigos de sua prática (FOUCAULT, 1984, p. 89).

Conforme Mello (2000, p. 48) a prática foi definida como sendo ‘uma das alternativas possíveis no campo polimorfo e múltiplo das vivências amorosas humanas, e não uma modalidade nefasta do conjunto de perversidades psicossociais’.

O uso inadvertido da palavra homossexualismo/homossexualidade (*sexo entre homens*) muitas vezes acaba excluindo as mulheres da semântica grega. Logo, a despeito do senso comum, a definição de homossexualidade supracitada, proveniente de um prefixo de origem grega (*homo* = igual) e uma raiz latina (*sexual*), diz mais precisamente respeito ao ser humano – homem ou mulher – que, física, estética e emocionalmente, sente-se atraído por alguém do mesmo sexo.

Harmonizando com o entendimento anterior, Fernández (1985) vai além, ao abordar a homossexualidade fundamentalmente pelo sentido global de ser humano, que está imbuído no princípio da dignidade humana levada a cabo pelos mais diversos ordenamentos jurídicos.

Desta sorte, a homossexualidade não surgiu apenas nem principalmente como um fenômeno sexual tampouco um distúrbio, ainda que fruto de um determinismo psicológico e fisiológico, senão condição antropológica de um ser pessoa, porque o homossexual é um ser humano com uma condição e um destino perfeitamente humano, humanizante e humanizável.

Ambos os posicionamentos refutam o entendimento antes formado pelos anais da psicologia e psiquiatria, os quais utilizavam o sufixo *ismo* para designar a homossexualidade enquanto patologia passível de cura ou tratamento médico-terapêutico.

Hoje a homossexualidade (e aqui o sufixo *dade* passa a ter o sentido de *modo de ser*) tem sido gradualmente desclassificada como doença ou estagnação no desenvolvimento da sexualidade, descriminalizada em vários países, passando a ser tratada como variante normal da heterossexualidade, enquanto sexo não orientado para reprodução.

A pioneira Associação Americana de Psiquiatria, em 1973, e, no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia, em 1985, declararam não constituir a homossexualidade um desvio de atração afetivo-sexual. A Resolução nº 01/99 do Conselho Federal de Psicologia ratificou tal posicionamento ao asseverar que

psicólogos não colaborariam com eventos e serviços que propusessem tratamento e/ou cura da homossexualidade (MELLO, 2005).

Já a Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 1990, retirou a homossexualismo da sua lista de doenças mentais (CID). E a Anistia Internacional passou a considerar a discriminação contra homossexuais uma violação aos direitos humanos (PEDROSA, 2010).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 é omissa em relação à proteção do indivíduo com base em sua orientação ou opção sexual, porém oferece o pressuposto de que ninguém poderá sofrer discriminação de qualquer natureza.

1.2.2 Bissexualidade

Na mesma linha de pensamento, tem-se que o bissexualismo pelas razões do homossexualismo, não constitui mais enfermidade mental, sendo conhecido por bissexualidade. Traduz a situação de homem ou mulher que mantêm relações afetivas e/ou sexuais com pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto. Sobre o tema Picasso (1998) destaca:

A prática sexual não determina a orientação (**opção/escolha por um modo de ser**) bissexual, e nem uma orientação bissexual sempre leva à prática sexual, já que é possível a boa parte destas pessoas viverem como heterossexuais com relativamente pouca frustração. Em todo caso, em que a pessoa é igualmente capaz de envolver-se amorosamente com os dois sexos, é mais rara, talvez não superior a 5% da população. Muito mais comuns são os bissexuais que tendem para a homossexualidade ou heterossexualidade, ou seja, pessoa que costumam se envolver preferencialmente com outras do mesmo sexo ou do sexo oposto, mas não estão fechadas à possibilidade de variação. [...] Seja qual for a cifra real, a maioria dos pesquisadores concorda que a bissexualidade é de quatro vezes mais comum que a homossexualidade. (*grifo nosso*). (PICASSO, 1998, p. 131).

Ainda na seara das estatísticas, Zampieri (2004) afirma que os bissexuais demonstram certa preferência por homens másculos e mulheres femininas, sendo possível até que o evitar ter contato estreito com homens *efeminados* seja uma *diferenciação simbólica* do meio homossexual. Depois, alude para o fato de que a bissexualidade parece mais significar uma escolha não homossexual, em que a

atração, embora autêntica, também cumpre a função de salvaguarda ou garantia da masculinidade ou feminilidade.

Desse modo, a bissexualidade, por mais que explicita que a sexualidade humana não é composta de duas únicas alternativas (heterossexual/homossexual), mas por um espectro de interesse sexual que tem os dois tipos como extremos, parece soslaiar a problemática da identidade sexual em masculino ou feminino ou de desejos eminentemente heterossexual ou homossexual.

Corrompe, pois, a concepção de indivíduos prontos e acabados, mas sim entendidos a partir da riqueza de significações presentes em determinada cultura, impossíveis de serem apreendidas por qualquer conceito.

1.2.3 Travestismo

O senso comum tem vulgarmente alocado os travestis no segmento da homossexualidade. Isso não é de todo errado, pois alguns travestis são claramente homossexuais, não implicando, porém, dizer que todos o sejam.

Enxergar esses indivíduos pelo que, na verdade, nem sempre são permite incorrer nos riscos de se perder de vista as particularidades de cada qual. Não raro, as consequências disso ainda podem personificar certa misoginia, facilmente percebida na negação da representação de outros micro-grupos como a homossexualidade ou bissexualidade.

Nos mais variados dicionários, travestir-se traduz a conotação de *fantasiar-se, disfarçar-se, adquirir o caráter oposto do que se é*. Segundo o Aurélio (2001, p. 685), o termo “travesti” acena para “indivíduo ou homossexual que geralmente em espetáculos teatrais se traja como roupas do sexo oposto”.

Muitas vezes, afastada a realidade da marginalidade, podem denotar tão somente a ideia de artistas performáticos, cômicos e exagerados tendo em vista fins artísticos e geralmente profissionais, mas não necessariamente sexuais.

O CID-10 da Organização Mundial de Saúde entende o travestismo enquanto transtorno da personalidade, subdividindo-o nas categorias do travestismo bivalente e do travestismo fetichista:

F64.1 - Travestismo Bivalente: Este termo designa o fato de usar vestimentas do sexo oposto durante uma parte de sua existência, de modo a satisfazer a experiência temporária de pertencer ao sexo oposto, mas sem desejo de alteração sexual mais permanente ou de uma transformação cirúrgica; a mudança de vestimenta não se acompanha de excitação sexual. Transtorno de Identidade sexual no adulto ou adolescente, tipo não transexual. Exclui o travestismo fetichista (OMS, 2007, p.358).

F65.1 - Travestismo Fetichista: vestir roupas do sexo oposto, principalmente com o objetivo de obter excitação sexual e de criar a aparência de pessoa do sexo oposto. O travestismo fetichista se distingue do travestismo transexual pela sua associação clara com uma excitação sexual e pela necessidade de se remover as roupas uma vez que o orgasmo ocorra e haja declínio da excitação sexual. Pode ocorrer como fase preliminar no desenvolvimento do transexualismo. Fetichismo com travestismo (*idem*, p. 359).

Segundo o CID-10, ambas as modalidades são espécies não só de distúrbios como igualmente formas de *parafilia*. Nela, o prazer sexual é sentido não através da cópula das genitálias, mas em alguma outra atividade, nesse caso, pelo ato de travestir-se, visando a preencher um ideal próprio de representatividade e atratividade masculina e/ou feminina. Dependendo de cada caso, quanto mais semelhantes os travestis ficarem a um homem ou mulher, mais prazerosos e felizes se sentirão.

Desse modo, são travestis, de acordo com os conceitos supracitados, as drag queens e os drag kings, os transformistas, os cross-dressers, ou qualquer outro ser que queira apresentar características do sexo oposto, sem demonstrar intenção de mudar o sexo para tanto.

CAPÍTULO II DIREITOS DE PERSONALIDADE E AS FOBIAS DA SEXUALIDADE

Após o advento do Estado Democrático de Direito, os seres humanos passaram a ter reconhecido diversos direitos desnudados de valoração pejorativa ou conotação econômica intrínseca. A gênese dessas prerrogativas tem fundamento nos princípios da dignidade e da igualdade de condições e oportunidades.

Tanto a dignidade como a igualdade são precursoras de vários direitos, entre eles, os direitos de personalidade, reconhecidos pelo Estado, incumbido de agregar o capitalismo às necessidades do bem comum e da justiça social a partir de uma perspectiva extrapatrimonial do ser humano, que deve ser protegido contra a ganância e o poderio dos mais fortes.

Diante disso, o capítulo que ora principia irá tecer alguns conceitos introdutórios sobre o direito de personalidade já que eles conferem ao indivíduo certo domínio sobre o próprio corpo, nome, intimidade, intelectualidade, enfim, sobre a própria vida, dentro dos limites da lei, no interesse da tutela da identidade, porque são reflexos tal qual o próprio nome designa da personalidade humana, bem como, discorrer sobre preconceito e as fobias sexuais.

2.1 SEXUALIDADE COMO UM DIREITO DA PERSONALIDADE

Capacidade, personalidade e pessoa basicamente se fundem num único sujeito. Capacidade diz respeito aos poderes ou faculdades conferidos ao ser humano após este nascer com vida e preencher os requisitos necessários para agir por si só como sujeito ativo e passivo de uma relação jurídica. A personalidade é resultante desses poderes, que, situando-se e materializando-se num ente, configura a pessoa.

A pessoa, de acordo com Washington de Barros Monteiro (2003 p. 62), é tomada por três acepções diferentes, sendo uma vulgar – que não interessa ao direito – outra filosófica, segundo a qual é “o ente que atinge seu fim moral e emprega sua atividade de forma consciente”, e uma eminentemente jurídica, concernente ao fato de que todo e qualquer indivíduo é suscetível de direitos e obrigações.

Feitas essas considerações, tem-se que a personalidade engloba todos os conceitos anteriores e os estabelece num só. É o instituto básico da ordem jurídica, estendendo-se a todos os seres humanos e “consagrando-se, como conquista da civilização jurídica, na legislação civil e nos direitos constitucionais de vida, liberdade e igualdade”, como Maria Helena Diniz (2010, p. 116) lecionou a respeito. Além de ser característica do que é pessoal, estando aí incluídos os traços psíquicos e emocionais, bem como morais e intelectuais, formadores também da totalidade de uma pessoa, que os projeta externamente.

A personalidade prescinde da consciência ou vontade do indivíduo. Nasce com a vida e morre juntamente com a pessoa. Enxerga o homem tal qual existe, tendo sua razão de ser até no recém nascido, nos menores, nos que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o discernimento necessário para a prática dos atos civis, escapando ao enquadramento na personalidade tão somente as coisas e os objetos assim como as entidades místicas ou metafísicas, por não serem dotados de vida humana, salvo se tratar de entes morais, como as sociedades, as associações e as fundações.

Diante disso, é possível fornecer um conceito geral e apropriado dos direitos de personalidade, que são as prerrogativas individuais, que levam em conta os valores essenciais da pessoa no seu aspecto físico, moral e intelectual, sendo inerentes e ligados de maneira permanente à pessoa humana, da qual não são destacáveis, merecendo, pois, proteção legal no âmbito privado.

Tais direitos, comumente, dizem respeito ao direito à vida, à privacidade, à intimidade, à própria imagem, ao nome, à honra, à autoria, à integridade físico-psíquica, à livre opção sexual, classificação esta exemplificativa, não sendo possível esgotar o elenco dos mesmos. Antônio Chaves (*apud* VENOSA, 2010, p. 170) afirma que se “relacionam com o Direito Natural, constituindo o mínimo necessário do conteúdo da própria personalidade”.

A educação constitui um tripé formado pelo processo de humanização, socialização e entrada numa cultura e singularização - subjetivação. Logo, educa-se um ser humano, o membro de uma sociedade e de uma cultura e um sujeito singular (CHARLOT, 2006).

Se quisermos educar um ser humano, não podemos deixar de educar, ao mesmo tempo, um membro de uma sociedade e de uma cultura e um sujeito singular. (CHARLOT, 2006, p. 15).

2.2 PRECONCEITO E FOBIAS SEXUAIS

A esfera pública e a Universidade são os espaços por excelência do exercício da cidadania, no momento em que se veta o exercício da cidadania a um indivíduo ou a um grupo social, veta-se a isonomia, como direito de todos à ação e ao discurso, à construção do mundo comum. A condição essencial de igualdade deve ser garantida e protegida pelo Poder Público.

O meio educacional movido pelo compromisso com a democracia e a justiça social deve promover espaços de reflexão e ações que acompanhem a construção de uma cidadania homossexual na cátedra, desde propostas de políticas públicas voltadas para a inclusão social como ações que garantam o direito de todos à educação livre e sem preconceitos.

Os valores predominantes da sociedade capitalista definem o indivíduo diferente como um ser humano inferior. Trata-se de um debate que constitui um dilema nas políticas sociais e culturais, e apresenta uma questão importante, qual seja: como reconhecer as diferenças e corrigir as desigualdades (MOTA *apud* PIERUCCI, 2000; GARCIA, 2007).

Nesse sentido, Nascimento e Delmondez (*apud* Silva, 2007) asseveram que:

a problemática “do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. Mesmo quando explicitamente ignorado e reprimido, a existência do outro, do diferente, é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência” (NASCIMENTO e DELMONDEZ *apud* SILVA, 2007, p. 97).

Existem vários autores que formulam a definição de preconceito e para um melhor esclarecimento do termo e como vem ocorrendo sua aplicação. Citam-se:

Silva (*apud* ALLPORT, 1958, pág. 8) define preconceito como uma atitude negativa ou hostil para com uma pessoa pertencente a um grupo, simplesmente porque pertence àquele grupo, e por isto é considerada tendo as qualidades indesejáveis atribuídas àquele grupo.

Para Bandeira e Batista (2002), pensar o preconceito parece indispensável uma vez que ele pode se constituir em uma fonte de violência, embora seja uma categoria ainda obscura para ser submetida ela própria a uma interrogação crítica.

Em decorrência da recusa, aversão e perseguição das relações que fogem a heteronormatividade, vemos surgir às diversas *fobias* sobre a sexualidade.

A heterogeneidade que atualmente caracteriza a sistema mundial exige uma cidadania multicultural democrática, que só será obtida com um processo interativo de aprendizagem que leve em consideração a educação dos educadores e uma reflexão sobre o que deve ser ensinado. A discriminação mediante a desqualificação do outro pode acarretar graves danos pessoais, sociais e educacionais.

CAPÍTULO III VISÃO DO CAMPO E PERSPECTIVAS

3.1 MÉTODO

3.1.1 Participantes

Os participantes foram 20 estudantes universitários regularmente matriculados na Faculdade de Educação da UnB. A pesquisa envolveu os alunos da disciplina Fundamentos da Educação Matemática 1 que tem como professora a Doutora Solange Amorim Amato.

Posteriormente foram escolhidos dois alunos, um aluno do primeiro período e o outro do último período, escolhidos aleatoriamente para a realização da oficina temática. A oficina foi subsidiada pelos dados obtidos na pesquisa.

3.1.2 Instrumento

Foi utilizado a escala de Homofobia flagrante e sutil, de autoria de Castilho (2003) traduzida para a Língua portuguesa e adaptada a realizada brasileira por Ferreira, Silva, Estevam, e Formiga (2013).

A entrevista é constituída de 17 assertivas. As dez primeiras tratam da homofobia flagrante, enquanto que as sete últimas tratam da homofobia sutil. Para cada questão, o participante deverá assinalar o número que melhor representa sua opinião, numa escala tipo Likert variando de 1 a 7, onde 1 equivale a “discordo totalmente”, e 7 equivale a “concordo totalmente”. Junto ao questionário o participante ainda encontrará um questionário sociodemográfico, onde serão coletados dados relevantes para a pesquisa, tais como; sexo, idade, estado civil e o curso em que está matriculado. (FERREIRA, SILVA, ESTEVAM, E FORMIGA, 2013).

3.1.3 Procedimentos

A aplicação dos questionários foi realizado antes do início da aula, após a autorização da professora. O pesquisador convidou os alunos presentes a participarem, explicando os objetivos da pesquisa e a forma de preenchimento dos questionários.

A oficina temática foi realizada numa sala vazia da Faculdade de Educação, inicialmente levantou-se a questão problema sobre a temática, com o intuito de identificar os conhecimentos prévios dos participantes. Esse momento foi consolidado através da apresentação da análise estatística dos dados que

levou a discussão sobre preconceito, relação de gênero e formação de professores.

3.2 RESULTADOS

Antes de proceder à análise estatística dos dados, ressalte-se que os autores Ferreira, Silva, Estevam, e Formiga (2013) inverteram a pontuação de alguns itens, uma vez que pela tradução algumas assertivas apontam para a direção homofóbica, enquanto que outras no sentido inverso.

Assim, nas assertivas de números 2, 7, 8, 9, 10, 14, 16 e 17 a resposta 1 foi entrada como 7, 2 como 6, 3 como 5, 5 como 3, 6 como 2, 7 como 1. A assertiva 4, como uma atitude neutra, permaneceu com o valor 4.

Após esse tratamento dos dados, todas as respostas de valor 1 indicavam baixa pontuação em homofobia e todas as respostas de valor 7 indicavam alta pontuação em homofobia.

Através dos valores médios obtidos com o ponto de corte, os participantes foram separados em alta e baixa pontuação e enquadrados nas seguintes categorias, de acordo com classificação: fanáticos, sutis, igualitários e um grupo de erro (FERREIRA, SILVA, ESTEVAM, e Formiga *apud* CASTILLO E COLABORADORES, 2003), conforme tabela a seguir:

Categorias	Pontuação em Homofobia	
	Flagrante	Sutil
Fanáticos	Alta	Alta
Sutis	Baixa	Alta
Igualitários	Baixa	Baixa
Erro	Alta	Baixa

Tabela 1 – Categorias de acordo com o grau de homofobia

Os participantes da pesquisa totalizaram 20 estudantes do Curso de Pedagogia da UnB.

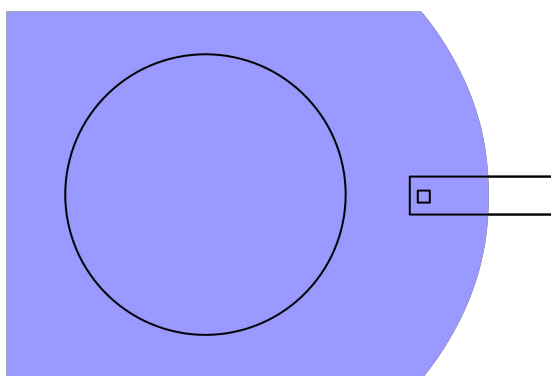


Gráfico 1 – Distribuição dos participantes por curso

Quanto ao sexo dos estudantes, participaram um total de 16 mulheres e 4 homens.



Gráfico 2 – Distribuição dos participantes por sexo e por curso

Em relação à idade dos participantes, houve uma variação entre 18 a 44 anos, com média geral de 25,5 anos. Com os participantes do sexo feminino, as idades variaram de 18 a 44 anos, com média de 24,4. Já com os participantes do sexo masculino, as idades variaram de 18 a 40 anos, com média de 26,7 anos.

SEXO	VARIAÇÃO (anos)	MÉDIA (anos)
MASCULINO	18 a 40 anos	26,7
FEMININO	18 a 44 anos	24,4
TOTAL	18 a 44 anos	25,5

Tabela 2 – Distribuição etária dos participantes da pesquisa

No que se refere a religião há predominância de católicos, seguidos de evangélicos, estudantes que se declararam sem religião, espíritas e outros, conforme gráfico abaixo.

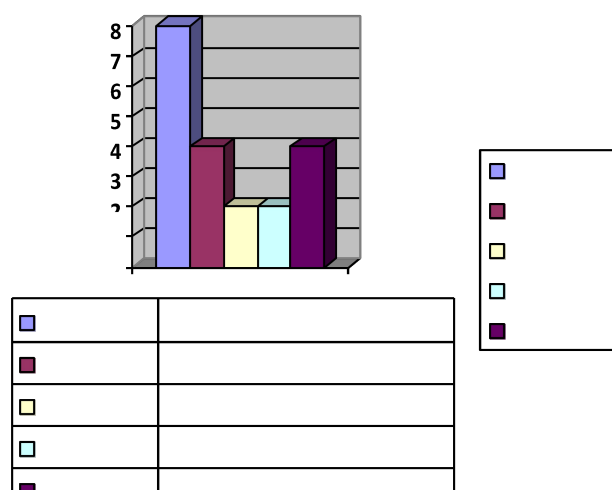


Gráfico 3 – Distribuição dos participantes por religião

A análise dos dados referentes ao estado civil dos participantes mostrou a predominância de solteiros, representando 80% da amostra total, enquanto os casados/ amigos representam 20% do total dos participantes.

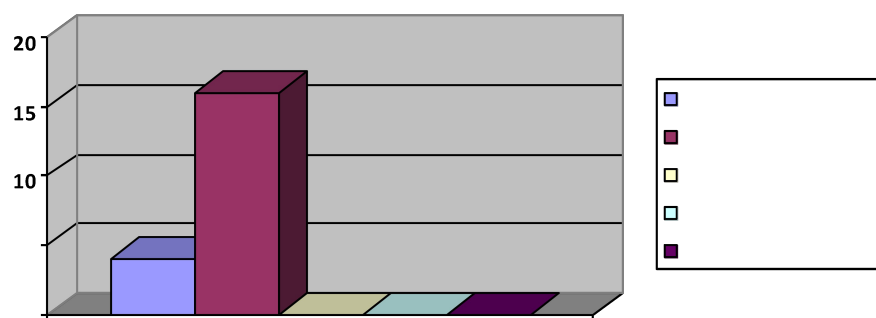


Gráfico 4 – Distribuição dos participantes por estado civil

3.2.1 Avaliação do grau de homofobia pela escala de Castillo

A análise dos dados da escala de homofobia flagrante e sutil, para a amostra de 20 participantes, permitiu verificar que a pontuação média da homofobia sutil foi maior que a média da homofobia flagrante. Para a mostra total tivemos a média de 2,76 para homofobia sutil, contra 2,53 da homofobia flagrante.

Classificados de acordo com o Tabela 1 tivemos os seguintes dados:

CATEGORIA QUANTO AO GRAU DE HOMOFOBIA				
Fanático	Sútil	Igualitário	Erro	Total
1	1	17	1	20

Tabela 3 – Distribuição dos participantes por categoria na escala de homofobia

3.3 DISCUSSÕES

Devida à abordagem interdisciplinar da questão dos direitos da comunidade LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneras/os, na Faculdade de Pedagogia, e em outros cursos da UnB, não nos surpreendeu a classificação da maioria dos participantes como igualitárias na escala de homofobia, pois a universidade oferece condições para que o grupo LGBT seja

protegido e que tenham seus direitos fundamentais respeitados, garantidos, promovidos.

Não é objetivo deste trabalho aludir sobre a influência do catolicismo na homossexualidade, mas estando em um país eminentemente católico, tal alusão faz-se necessária, ainda que breve, pois a religião ainda é o grande freio para irrestrita e total cidadania homossexual.

O Brasil é um Estado laico e assim é assegurado a todos que vivem em seu território nacional o direito à liberdade religiosa, o direito de ter fé e de expressar essa fé, como também, o direito de não ter fé alguma.

Cada um tem o direito de viver a sua própria sexualidade e de determinar sua intimidade e sua vida privada de acordo com sua liberdade pessoal. Inclusive, integra a liberdade sexual a faculdade do indivíduo definir a sua orientação sexual, bem assim de externá-la. O direito à liberdade sexual é arma de proteção de outros bens da personalidade como o direito à identidade, o direito à imagem e, em grande escala, o direito ao corpo.

A Universidade ao exercer a sua função de orientar, conscientizar e agir sobre a formação de futuros professores atua em prol da tolerância frente às novas demandas sociais e formam profissionais capacitados no trato com as questões de sexualidade. A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 303) para a Orientação Sexual assevera que:

Em relação às questões de gênero, por exemplo, os professores devem transmitir, por sua conduta, a valorização da equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, eles próprios respeitam a opinião de cada aluno e, ao mesmo tempo, garantem o respeito e a participação de todos, explicitando os preconceitos e trabalhando pela não-discriminação das pessoas. (Para a construção dessa postura ética, o trabalho coletivo da equipe escolar, definindo princípios educativos, em muito ajudará cada professor em particular nessa tarefa (BRASIL, 1997, p. 303).

O reconhecimento da diversidade sexual e o enfrentamento de todas as formas de discriminação em função da diversidade de orientação sexual também encontra respaldo no compromisso do Brasil com os princípios de Yogyakarta e no Programa Brasil sem Homofobia.

Apesar das políticas públicas em elaborar uma nova compreensão de como se dão as relações entre homens e mulheres constatou-se na oficina

temática que os pedagogos do sexo masculino enfrentam dificuldades para exercer a profissão e discriminação por parte de seus amigos e familiares. Quando indagados a respeito da posição da família e amigos frente à decisão de seguir esta carreira, um dos alunos relata que a família não gostou de sua escolha e os amigos acreditavam que ele “tinha potencial para outras coisas” (Aluno B).

No que se refere ao preconceito o Aluno A relata que “foi no mérito da brincadeira”. O aluno não contou qual foi a piada, mas é sabido que a homofobia muitas vezes assume contornos de humor. E ao relatar suas concepções a respeito de pedagogos que trabalham na educação infantil, ambos reiteraram o preconceito existente. Principalmente quando se trata de escolas particulares, o Aluno B relatou a falta de confiança dos pais no trabalho do pedagogo.

Os debates desenvolvidos na oficina temática caminharam na direção de estabelecer um diálogo que cause impacto na prática educativa das pessoas que estão diretamente engajadas com a formação dos professores, uma vez que os alunos relataram que existem na UnB disciplinas específicas que abordam a relação de gênero. Porém para o Aluno B na maior parte das vezes o enfoque é dado na questão da mulher esquecendo-se de trabalhar questões referentes à diversidade de gênero, a comunidade LGBT e até mesmo os homens.

Nascimento e Delmondez (*apud* MACLAREN, 1997; 2000) acena para a importância da formação de professores como forma de combate ao preconceito:

a questão essencial para a formação de professoras/es é a de poder proporcionar um espaço multicultural que valorize a diferença em termos de sua especificidade. Além disso, o autor coloca que é o espaço onde é possível dar voz às/aos estudantes para atuarem e transformarem as visões de mundo racistas, homofóbicas, sexistas e classistas e desnaturalizar as relações de poder, ao realizar novas articulações epistemológicas contra-hegemônicas “novas epistemes de resistência tanto na prática da teoria quanto na teoria da prática” (MACLAREN, 1997, p. 51).

A diversidade sexual constitui uma realidade que sempre existiu na história da humanidade, mas os interesses daqueles que só buscam o respeito à sua personalidade sexual são constantemente obstados pelos interesses individuais

de grupos preconceituosos, invalidando, assim, as palavras escritas há sessenta anos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na prática, o que prevalece é o preconceito e a discriminação, e as pessoas homossexuais são jogadas às margens da sociedade, não podendo exercer o seu direito de ter direitos, por terem optado por serem felizes e exercerem a identidade sexual que a vida necessariamente impõe a todos.

A construção de uma cidadania homossexual, a priori, exige a capacitação de profissionais para compreenderem as dinâmicas de desenvolvimento das sexualidades visando não impetrar contra elas preconceitos advindos de uma imagem errônea e intolerante da sexualidade.

4 CONCLUSÃO

O objetivo do ensino é educar para a democracia política e econômica e para conferir poder a comunidade, considerando a cidadania como a capacidade para construir uma política moral, socialmente viável e eficaz.

No contexto da educação, a preocupação com o outro, a justiça é a responsabilidade individual representam o coração de toda aprendizagem. A pedagogia crítica se faz cada vez mais presente desafiando o educando a pensar criticamente a realidade social, política e história permitindo a inserção de todos.

A qualidade de cidadão proporcionada pelo ensino crítico protege o indivíduo da arbitrariedade do Estado e da sociedade. Um indivíduo só atinge a plenitude de sua cidadania no momento em que se exercem plenamente os seus direitos basilares.

A esfera pública e a Universidade são os espaços por excelência do exercício da cidadania, no momento em que se veta o exercício da cidadania a um indivíduo ou a um grupo social, veta-se a isonomia, como direito de todos à ação e ao discurso, à construção do mundo comum. A condição essencial de igualdade deve ser garantida e protegida pelo Poder Público.

A UnB ciente da heterogeneidade que atualmente caracteriza a sistema mundial e da necessidade do combate a toda forma de descriminação tem atuado

na construção de cidadania multicultural democrática, uma vez que no seu processo interativo de aprendizagem leva em consideração a educação dos educadores e uma reflexão sobre o que deve ser ensinado.

REFERÊNCIAS

ALLPORT, G. W. (1958). **The nature of prejudice (abridged)**. Garden City, NY: **Doubleday Anchor**. (Original publicado em 1954).

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 87, Aug. 2004. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302004000200003&script=sci_arttext)

[pid=S010173302004000200003&script=sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302004000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 21/08/2015.

APARECIDO, Cesar. **Desvendando a sexualidade**. São Paulo: Papirus, 1987.

BANDEIRA, Lourdes e BATISTA, Analía Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. Estudos Feministas. 2002.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 1997.

CASTILLO, M. N. Q. et al. **La medida de la homofobia manifiesta y sutil. Psicothema**. Ano/vol 15, n. 2, p. 197-204. Universidade de Oviedo, Oviedo, Espana, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 01 de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasil, Brasília, DF: 22 de março de 1999. Disponível em: <http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao1999_1.pdf> Acesso em: 23/08/2015.

CHARLOT, B. **A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber**. Revista Brasileira de Educação. v. 11, no. 31 jan-abr/2006. pp. 07-18.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8ª ed. ver. atual. e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral do Direito Civil**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 1. v.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O Minidicionário da Língua Portuguesa**. 4ª ed. rev. ampliada Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Ciro Fernandes de. SILVA, Francisco Andre da. ESTEVAM, Ionara Dantas e FORMIGA, Nilton S. **Homofobia entres Estudantes Universitários**. Disponível em <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0740.pdf>> Acesso em: 23/02/2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da Sexualidade II: O uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

KLAMMER, Ute. **UnB. Futuro debate promoção da diversidade na educação superior**. Disponível em:

<<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=8833>>

Acesso:

20/09/2015.

MACLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. São Paulo: Cortez, 1997.

MACLAREN, Peter. Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Tradução de Mária Moraes e Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. MELLO, Luiz. **Novas Famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MOHANA, João. **Prepare seus filhos para o futuro**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

Organização Mundial de Saúde – OMS. **OMS para a Classificação de Doenças em Português: CID-10 – Código Internacional de Doenças Médicas**. 10ª ed. rev. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2007.

NUNES, Cesar; SILVA, Edna. **Educação Sexual da Criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transexualidade. São Paulo: Autores Associados, 2000.

Organização Mundial de Saúde – OMS. **OMS para a Classificação de Doenças em Português: CID-10 – Código Internacional de Doenças Médicas**. 10ª ed. rev. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2007.

PEDROSA, João Batista. **Garoto Rebelde**. São Paulo: Biblioteca 24 Horas, 2010.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: USP, Curso de PósGraduação em Sociologia, Ed. 34, 2. Ed., 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção da identidade e da diferença In: Tomaz Tadeu da Silva (Org.) Identidade e diferença—a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SOARES, Virgínia Maria Salerno. Metodologias participativas para projetos educacionais e tecnológicos. In. THIOLLENT, Michel; FILHO; Targino de Araújo; SOARES, Rosa Leonora Salerno. (Org.). **Metodologia e experiências em projetos de Extensão**. Niterói-RJ: EdUFF, 2000, p. 43-54.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Parte Geral**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ZILLES, Urbano. **Os Sacramentos da Igreja**. 3ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.